
A IMPORTÂNCIA DAS REDES NA GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

Prof. Msc. Dante Severo Giudice
Universidade Católica de Salvador

Prof. Dr. Rubens de Toledo Junior
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

Levando-se em conta que a geopolítica brasileira esteve sempre ligada aos militares, é evidente que as redes de informações desempenharam papel importante na consolidação dos princípios por ela estabelecidos, vinculados sempre a obsessão pela segurança nacional, num processo de apropriação do território que abrangeu a ampliação da rede viária e, principalmente, da rede de telecomunicações.

Palavras chaves: rede de informação, geopolítica.

RÉSUMÉ

O Considérant le fait que la géopolitique brésilienne a toujours été liée aux militaires, il est évident que les réseaux d'informations jouèrent un rôle important dans la consolidation des principes établis par celle-ci, toujours associés à l'obsession pour la sécurité, qui passait par l'intégration nationale dans un processus d'appropriation du territoire national qui inclut le développement du réseau routier et principalement du réseau de télécommunications.

Mots clefs: réseau d'information, géopolitique.

Introdução

A geopolítica brasileira sempre esteve vinculada aos círculos militares obcecados pela questão da segurança nacional, que passava pela integração de todo o território nacional, principalmente os rincões extremos e praticamente desabitados da fronteira amazônica. Nesta perspectiva, durante os regimes totalitários, muitas foram as tentativas de integração, mas durante o regime policial militar de 1964, essa preocupação tomou grandes proporções, engajada na megalomania do “Brasil Grande”. É neste período que as redes ganham importância na tentativa de integração plena de todo o território pátrio, principalmente através da implantação da rede rodoviária nas regiões isoladas, e das redes de telecomunicações.

Considerações sobre a importância das redes

As redes desempenham papel importante na organização e ocupação do espaço, e fizeram uma verdadeira revolução no mapa do mundo à partir do século XIX, já que tornaram os lugares mais próximos, facilitando a circulação de informações, bens e pessoas com maior velocidade.

A referência ao termo rede é muito antiga e remonta a antiguidade grega. Entretanto, nos tempos mais recentes, sua primeira referência acontece como conceito-chave do pensamento de Saint-Simon que defendia a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais, e exerceu grande influência sobre intelectuais, políticos e governantes europeus.

Desde então o conceito de rede passou a ser utilizado de várias formas, como o fez Chevalier, apud Dias (2005), adepto do sansimonismo, e que utilizou o termo para evocar a relação entre as comunidades e o crédito. Vários foram os trabalhos realizados, seguindo a escola de Saint-Simon que objetivava o estabelecimento de um sistema geral de comunicações, no qual se unia a idéia de conexão à noção de rede, a exemplo do ocorrido na França, onde se integram os vários modos de vias de comunicação.

Segundo Dias (2005) a grande ruptura, que introduz novo conceito de rede, acontece na segunda

metade do século XVIII, quando a representação da metáfora do corpo é substituída pela das formas geométricas do território, multiplicadas graças à triangulação do espaço em rede. Neste período, engenheiros cartógrafos, com frequência militares, passam a empregar o termo rede no sentido moderno de rede de comunicação, representando o território como um plano de linhas imaginárias, ordenadas em rede, para quantificá-lo matematicamente e construir o mapa. Essas formalizações da ordem reticular, com base numa visão geométrica e matemática do espaço, foram o prelúdio necessário à formação do conceito de rede que se torna operacional, instrumento criado pelos engenheiros para cobrir o território (MUSSO apud DIAS, 2005).

Vários autores trataram do tema, Leon Lallane, em trabalho referente as redes ferroviárias, considerado o primeiro ensaio teórico consagrado às redes (RIBEILL apud DIAS, 1995), Jean Labasse e Pierre Monbeig ao tratar da questão das redes ferroviárias no Brasil.

O sistema de redes envolve duas premissas, circular e comunicar. No entanto isso não está ao alcance de todo o mundo. Parte do ecúmeno encontra-se excluída do processo, a exemplo da África, à margem do processo de integração, seja pela falta de recursos ou mesmo por um processo de “manipulação exclusiva” como forma de dominação. Como diz Raffestin, citado por Dias (1995), *“a rede faz e desfaz as prisões do espaço tornado território: tanto libera como aprisiona. É porque ela é ‘instrumento’, por excelência, do poder.”*

As redes tem importante papel no processo de apropriação do espaço. Elas são responsáveis pelas transformações causadas quando se constroem rodovias, ferrovias, canais, rotas aéreas, linhas de comunicação, etc, dao evidenciado por Dias (1995):

a questão das redes reapareceu de outra forma, renovada pelas grandes mudanças deste final de século, renovada pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares, e na própria Geografia. Neste novo contexto teórico, a análise das redes implica abordagem que, no lugar de tratá-la isoladamente, procure suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades. Trata-se, assim, de instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial brasileira.

Com a evolução tecnológica, as redes promoveram a eliminação de barreiras de todas as ordens, acelerando a velocidade de circulação das informações e do saber em “tempo real”, dando um novo significado à compreensão do tempo-espaço.

Nas concepções recentes sobre redes são criticadas e contestadas as idéias tradicionais e o escrito à respeito, inclusive por Saint-Simon. Musso (apud DIAS, 2005) levanta tese relativamente original sobre as diferenças, na construção da história das idéias do século XIX, entre o escrito por ele e seus seguidores. Para Musso, o conceito de rede foi forjado para pensar a mudança social. As redes de comunicação eram percebidas como mediadoras técnicas de tal mudança. Já seus discípulos, diferentemente, tomaram o caminho inverso do mestre, transformando as redes nas produtoras de relações sociais, até mesmo de uma revolução social, dado com o qual concordamos plenamente ao evidenciarmos a internet, tornada uma forma de aproximar pessoas, facilitando e reduzindo os custos dos contatos.

Dentre as perspectivas contemporâneas do debate sobre redes, destacamos as idéias de Castells, ao representá-las, em seu trabalho “A sociedade em rede”, como organismo planetário que parece desenhar a infra-estrutura invisível de uma sociedade pensada como rede. Estas idéias são seguidas por vários autores e criticadas por outros. R. Randolf considera tal análise surpreendente e paradoxalmente conservadora. Jean-Marc Offner afirma haver certa contradição, já que ele projeta as redes num universo de auto-regulação, sucumbindo ao determinismo tecnológico que pensa combater.

Vale ressaltar ainda, para finalizar considerações sobre importância das redes, as idéias de Milton Santos. Em seu livro, “A natureza do espaço”, afirma estarmos em busca de maior fluidez, daí a necessidade de buscar novas técnicas, mais eficazes, para atender a crescente necessidade de agilização das redes.

As redes na geopolítica brasileira

Segundo Toledo Junior (2003), as redes podem ser entendidas tanto como a presença de uma infraestrutura no território, quanto pelos serviços que permitem se realizar. No caso brasileiro, elas são de grande importância, pois desde o período colonial, o sentido de nação articula-se ao de território e, desta forma, a idéia de unidade nacional confunde-se com integridade territorial. A questão da coesão interna, foco principal dos geopolíticos para ação dos Estados, adquire no Brasil um caráter particular devido a imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder articulado inter-regional da economia agrário-exportadora (COSTA, 1992). Aliado a isso o poder central instalado no centro-sul, e formado por oligarquias locais e regionais, evidencia um quadro político-administrativo-territorial unitário, extremamente desarticulado em nível nacional.

Nesta perspectiva, o discurso político territorial do “Estado Novo” pautou-se na idéia de integração nacional. É desta época o “Plano de Viação”, precursor de um sistema de rede viária, cujo cerne era a integração territorial.

Para Costa (1992), a idéia de unidade nacional, como integração territorial, foi exposta por Getúlio Vargas de maneira eloqüente:

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transportes eficientes, que aniquilam as forças desintegradoras da nacionalidade.

Em Backheuser (1933), encontra-se a antiga idéia geopolítica de que a grande extensão territorial só se torna vantagem política e econômica quando associada, de um lado, à ocupação e povoamento adequados e, de outro lado, localização “óptima” do poder central, de forma a estabelecer relações de coesão eficazes no todo territorial. Nestes termos, a defesa da capital centralizada fortalece-se de forma eficaz com a implementação do projeto de Brasília, “centro” irradiador do país, na verdade o “centro de gravidade do sistema geopolítico”.

A geopolítica brasileira sempre vinculada aos militares, obcecados com a questão da unidade nacional, concorda, nos termos apresentados pelo Brigadeiro Rodrigues (1947), com as medidas dos governos imperiais e republicanos no tocante às redes de circulação, procurando, cada um a seu modo, enfrentar esta questão crucial. O referido tinha em mente uma rede de integração no sentido totalitário de centralização do poder, considerando que, no período pós-30, o Estado finalmente assumiu poder dirigente na construção do todo nacional-territorial.

a impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias é substituída inteligentemente pela rede de aerovias, que rapidamente cobre todo o país; a dificuldade de estender fios telegráficos por todo território nacional é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda parte. Estimulou-se a navegação marítima e fluvial, organizaram-se os planos nacionais ferroviários e rodoviário, ao mesmo tempo que uma centralização enérgica era desenvolvida pelo Governo Federal, cortando uns regionalismos doentios, coibindo expansões políticas absolutas, estabelecendo uma só bandeira, a nacional, um só hino, o do país, sob a mística soberana: ‘Grande, só o Brasil (RODRIGUES, apud COSTA, 1992).

Por outro lado, o General Travassos (1947) se preocupava com o controle do “heartland” sul-americano. Considerava natural e possível a influência brasileira face aos avanços argentinos. Para ele, o “controle” da Bolívia, considerada região-pivô do continente, daria ao Brasil o domínio político-econômico sul-americano. Para tanto bastava a utilização das potencialidades das vias fluviais amazônicas, em rede de circulação articuladora do “heartland” boliviano à costa atlântica brasileira, apoiada pela ferrovia Madeira-Mamoré.

O último dos “clássicos”, aqui nominados geopolíticos de Estado-Maior, foi o General Golbery do

Couto e Silva (1981). Apesar de suas idéias pautarem-se no conservadorismo autoritário, inova em vários aspectos. Ele rompe com o pensamento vigente, apontando, no mínimo, para uma sofisticação de análise que o distancia do esquematismo excessivo predominante. Natural para quem viveu o apogeu da “guerra fria”, alinha-se às teses norte-americanas, especialmente Spykman. A sua análise geopolítica do território brasileiro parte de premissa comum a todos os autores do setor: um imenso espaço desigualmente ocupado e carente de integração em virtude da pobreza das comunicações. No entanto, sua estratégia de integração é distinta por partir de uma regionalização geopolítica definidora de um núcleo central constituído no triângulo Rio–São Paulo–Belo Horizonte, denominado “o verdadeiro coração do país”, interligado a três penínsulas (nordeste, centro-oeste e sul) e uma enorme “ilha”, a Amazônia. Propõe, desta forma, um plano de articulação interna, ou integração, que depende do “pólo dinâmico”, o triângulo Rio–São Paulo–Belo Horizonte, com suas irradiações sobre as demais regiões e usando para isso “istmos de circulação”, por ele denominado de vias de circulação entre o “núcleo” e as três “penínsulas”.

Com base nas premissas supracitadas, afirma passar a integração do território nacional pela necessidade de ligação do nordeste e o sul ao núcleo do país, possível à época com a inauguração de Brasília, com suas redes de rodovias e ampliação do sistema de telecomunicação que impulsionariam o avanço da onda colonizadora para noroeste, integrando o centro-oeste ao ecúmeno nacional, no sentido de “inundar de civilização” a hiléia amazônica, condição sine qua non à proteção das zonas de fronteiras.

Para Benakouche (1989), pelo simples fato da revolução dos meios de comunicação ainda não encontrar-se em curso, Golbery não fez referências aos meios de comunicação na sua estratégia de ocupação. Em sua proposição geopolítica, os meios a que ele se refere muito provavelmente eram os satélites.

Essas idéias, plenamente adotadas pelo governo policial militar, já vinham se desenvolvendo desde o governo JK, ao adotar a máxima de “governar é abrir estradas”. Lançando projetos de construção de rodovias na Amazônia (Transamazônica, Perimetral Norte e Cuiabá-Santarém) promove-se um sistema de integração, tornado inócuo devido as intempéries naturais. Tal dado é contornado com a implantação de linhas de telecomunicação que, ao se estenderem por toda a região, tornam-se as responsáveis pela real interligação do país como um todo e às expensas das peculiaridades regionais.

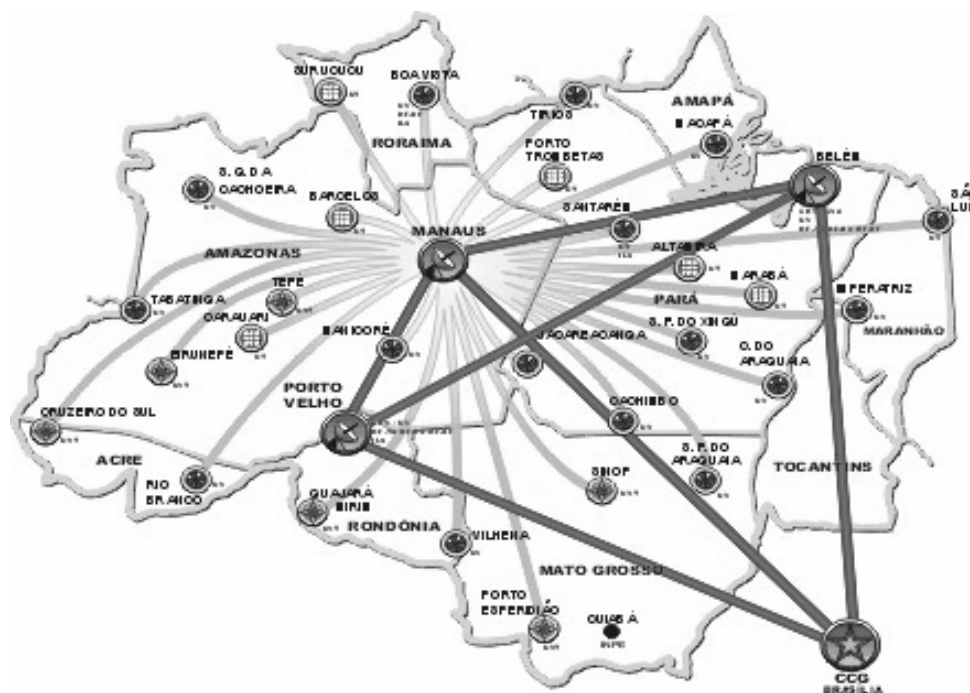
Segundo Théry (2005), a situação econômica e estratégica da Amazônia muda com a abertura das rodovias nos anos 60 e continua com a melhoria das hidrovias e das redes de telecomunicação: “Passou-se de um espaço reticular a outro, da Amazônia estruturada em função das vias navegáveis, drenando os fluxos para o Leste, a uma região dominada pelas estradas que levam ao Sul-Sudeste”. Para o citado, os “nós” dessas duas redes, com as cidades que polarizam o espaço, não são os mesmos. Há a decadência de algumas e a ascensão de outras em uma redistribuição responsável pela alteração profunda das hierarquias urbanas na região.

As rodovias de “longo curso” nos sentidos dos paralelos e meridianos, inscritas no Plano de Integração Nacional dos governos militares, constituem, para Meira Mattos (apud COSTA, 1992), elementos poderosos de articulação do território e, além disso, viabilizam o início da exploração dos recursos naturais amazônicos. Tal dado faz com que aplauda a assinatura do “Tratado de Cooperação Amazônica”, assinalando caber ao Brasil, nesse processo, a vitalização de suas fronteiras, através da criação de “pólos de irradiação fronteiriças” capazes de impulsionarem o progresso e a influência brasileira em relação aos demais países amazônicos. Nesta perspectiva, se tentou implantar rede de agrovilas, fadadas ao fracasso, tanto pela dificuldade de produzir como pela falta de mercados consumidores próximos.

Nesta linha de pensamento, desenvolveram-se outras geopolíticas de integração do país, contando com papel preponderante das telecomunicações. Através das redes de televisão, à princípio com o sistema de vídeo-tape e posteriormente via satélite (permitindo recebimento de toda programação em tempo real), atinge-se espaços longínquos do território, consolidando a unidade e uniformizando os costumes, linguagem, etc.

A preocupação com o isolamento, fez com que a Amazônia fosse contemplada com vários projetos a visar sua integração plena. A título de exemplo o Corredor de Exportação e Abastecimento a se utilizar,

de um lado, da natural rede hidroviária de mais de 24.000 km de vias navegáveis e de outro lado, da rede rodoviária. Tais redes atendem à função de penetração e integração, possibilitando a implantação de vasto programa de desenvolvimento (projetos industriais, pecuários, agrícolas e de colonização) e do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), rede de coleta e processamento de informações criado para estabelecer nova ordem na região, com um Centro de Coordenação Geral (CGC) em Brasília, três Centros Regionais de Vigilância (CRV) em Manaus, Belém e Porto Velho, responsáveis pelo agrupamento e processamento de dados obtidos em diversos órgãos remotos e sensores espalhados pela região (Figura 1).



Fonte: www.sivam.gov.br/

Figura 1 - Rede do Sistema de Vigilância da Amazônia

Considerações Finais

O exposto nos leva a concluir que a estrutura de redes de informação teve papel importante na geopolítica brasileira, sempre preocupada com a integridade nacional. Podemos considerar que a estruturação das redes no Brasil teve particular incentivo da geopolítica, que, por sua vez, se utilizou delas para garantir a soberania do território, em período no qual este fator era preponderante na expressão do poder. Como a nossa geopolítica sempre esteve vinculada aos círculos militares, natural foi o grande impulso que tomaram, principalmente no período compreendido entre 1964 e 1990, face à ameaça do comunismo, e à máxima da segurança nacional, palavra de ordem.

Tendo em vista o país possuir uma concentração de população ao longo da costa, com o interior dispendo de ocupação cada vez mais esparsa, as redes de integração dirigidas para oeste passaram a ser a meta, expandindo o povoamento que as telecomunicações tratavam de interligar.

Assim, como afirma Claval (1997) as antigas periferias ganharam competitividade graças à melhor integração obtida com as novas redes de informação, embora sua evolução tenha seja marcada por uma marginalização das tradições locais e o consequente triunfo da cultura universal: a cultura de massa difundida pelas mídias.

Percebe-se uma “homogeneização” sócio-cultural, notadamente da “ilha” amazônica e do centro-oeste, como previsto por Golbery (1981,b) em sua “manobra de integração do território nacional”, a ser impulsionada a onda colonizadora para oeste e a partir da plataforma central. Nessa perspectiva tem-se a integração da península centro-oeste ao ecúmeno brasileiro, inundando a hiléia amazônica a partir de de uma base avançada no centro-oeste responsável pela criação de uma identidade comum, garantidora da consolidação da integração tão almejada pela geopolítica brasileira e pautada no idioma.

Bibliografia

- ANDRADE, M.C. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1995.
- BECKHEUSER, E. **Problemas do Brasil** – Estrutura geopolítica. Rio de Janeiro: Ed. Omnia, 1933.
- BENAKOUCHE, T. **Du Telephone aux nouvelles technologies: implications sociales et spatiales des reseaux de telecommunication au Bresil**. Paris: 1989. Tese (Doutorado) Université de Paris XII – Val-de-Marne – Institut d’Urbanisme de Paris.
- CLAVAL, P. O papel das redes de informação na geopolítica da inclusão/inclusão. IN: Becker, B. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- COSTA, W.M. da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1992.
- DIAS, L.C. Redes: Emergência e Organização. IN: Castro, I.E.; Gomes, P.C. da C.; Correa, L.C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1995.
- _____. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. IN: Limonad, E.; Haesbaert, R.; Moreira, R. **Brasil, século XXI, por uma nova regionalização: agentes, processos, escalas**. São Paulo: Ed. Max Limonad, 2004.
- _____. **Os sentidos da rede: notas para discussão**. IN: Dias, L.C. & SILVEIRA, R.L.C. (Orgs) **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- RODRIGUES, L.A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.
- SILVA, G. do C. e. **Conjuntura política nacional, o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.
- THÉRY, H. Situação da Amazônia no Brasil e no continente. **Revista Estudos Avançados** – IEA/USP, São Paulo: n. 53, v.19, set/dez, 2005.
- TOLEDO JÚNIOR, R. de. Telecomunicações e Uso do Território Brasileiro. IN: Souza, M.A. de (Org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Ed. Territorial, 2003.
- TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Ed. Continental, 1947.

Trabalho enviado em outubro de 2007.

Trabalho aceito em dezembro de 2007.